

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO

FACULDADE DE ECONOMIA

**A ESTRUTURA DO SISTEMA CAPITALISTA
CONTEMPORÂNEO - UMA DA ANÁLISE DO
CAPITAL FINANCEIRO A PARTIR DO SÉCULO
XIX.**

BÁRBARA BIANCA SERRA

Prof. Álvaro Roberto Lambrada Bado.

2010

FUNDAÇÃO ARMANDO ALVARES PENTEADO
FACULDADE DE ECONOMIA

A ESTRUTURA DO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO A
PARTIR DA ANÁLISE DO CAPITAL FINANCEIRO A PARTIR DO
SÉCULO XIX.

BÁRBARA BIANCA SERRA

Monografia de Conclusão de Curso
apresentada à Faculdade de Economia para
obtenção do título de graduação em Ciências
Econômicas, sob orientação do Prof. Álvaro
Roberto Lambrada Bado.

São Paulo, 2010

SERRA, Bárbara Bianca. A ESTRUTURA DO SISTEMA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEO A PARTIR DA ANÁLISE DO CAPITAL FINANCEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX, São Paulo, FAAP, 2010, 51p.

(Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Fundação Armando Alvares Penteado)

Palavras-Chave: Capitalismo, Capital Financeiro, Centralização do Capital, Concentração do capital, Imperialismo Econômico, Internacionalização do Capital, Mundialização Financeira.

SUMÁRIO

RESUMO

INTRODUÇÃO

1. Conceito de Capital Financeiro
 - 1.1.1. O Capital Financeiro na Perspectiva Histórica
 - 1.1.2. Definição dos Diferentes Tipos de Capital

2. Expansão do Capital Financeiro - Ciclos de Acumulação do Capital
 - 2.1.1. Ciclo Genovês Espanhol - Século XVI
 - 2.1.2. Ciclo Holandês - Século XVII
 - 2.1.3. Ciclo Britânico e o Imperialismo do Século XVIII e XIX
 - 2.1.4. Ciclo de Acumulação Norte-Americano – Até a década de 70

3. Globalização e Mundialização do Capital
 - 3.1.1. Financeirização do Capital – De 1971 a 2008
 - 3.1.2. Crise do Capitalismo Financeiro em 2008

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

“Nenhuma compreensão das tendências econômicas atuais [...] é possível sem o conhecimento das leis e da função do capital financeiro” (HILFERDING, 1985, p.27)

AGRADECIMENTOS

Não são poucas as pessoas que foram importantes nessa etapa de conclusão de curso. Primeiramente gostaria de dedicar esta monografia aos meus pais e minha amável avó, que sempre me incentivaram e confiaram nos meus estudos, aos meus professores e ao meu orientador que com seus conhecimentos e dedicação fizeram com que eu me apaixonasse pelo curso que escolhi.

Agradeço também ao Prof. Pedro Reiz, que com motivação me acompanhou no processo metodológico desta monografia.

À imensa compreensão de meus chefes, que foi de fundamental importância para que eu conseguisse concluir minha monografia.

Finalmente agradeço também pela paciência de minha família, namorado e amigas nesta fase em que estive ausente.

RESUMO

Esta monografia analisou o processo de desenvolvimento e aprimoramento do capital financeiro no Sistema Capitalista desde o século XIX até nossos dias. O século XIX foi marcado por período de intensa expansão dos meios de produção e com isso houve necessidade de maior desenvolvimento do setor financeiro para que ele pudesse acompanhar a evolução industrial. Dessa maneira, começou um processo evolutivo da formação do capital financeiro que foi melhor notado nos ciclos de expansão do capital: genovês, holandês, britânico e americano. Verificou-se nesses ciclos que o capital financeiro possui papel fundamental para o desenvolvimento capitalista. Neste sentido, o capital adquire cada vez mais poder para manipular e coordenar a lógica do regime de acumulação. Assim, o capital financeiro se integra cada vez mais na estrutura capitalista.

INTRODUÇÃO

O capital financeiro desempenha papel fundamental na estrutura do sistema econômico atual. Isso não ocorre desde agora. De acordo com BRAUDEL citado por ARRIGHI (2003, p.112) “os banqueiros mercantis genoveses” seriam “os verdadeiros antecessores do capitalismo financeiro holandês e britânico”. Desse modo seguindo o pensamento desses autores, o capitalismo financeiro aparece no período do comando comercial das Cidades-Estados, no século XV, com a intensificação do comércio e a pressão competitiva.

De modo diferente, Hilferding e Lênin (2002, p.36) faz referência ao aparecimento do capital financeiro se baseando na “concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria: tal é a história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra”.

Assim, torna-se fundamental a análise dos ciclos de expansão do capital, como agregadores de características para a constituição do papel financeiro, que hoje representa.

CHESNAIS (1998) argumenta que o capital, desde o seu surgimento, cumpre cada vez mais funções e formas agregando características importantes para o desenvolvimento do sistema capitalista e sua manutenção. No entanto, para o autor, o capital só foi percebido como capital financeiro a partir do século XVIII. Período em que se amplia significativamente seu volume financeiro passa a estar mais ativo nas relações entre os produtores e capitalistas e obtém novas e diferentes formas (ações, títulos da dívida pública, duplicatas e outros ativos).

Ainda de acordo com Chesnais “a ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar e aumentar a produtividade do capital em nível microeconômico, a começar pela produtividade do trabalho” (CHESNAIS, 1998, p.16).

Com a intensificação da expansão do capital financeiro é que surge o princípio de acumulação de capital e a necessidade de suprir o aumento da demanda. Isso possibilitou o re-investimento do excedente acumulado, centralizado e concentrado “nas mãos” de seus detentores.

Essa centralização e concentração do capital foram possíveis através da intensa exportação de produtos e de capital possível pela mobilidade de capital adquirida, onde o capital bancário e industrial se juntam.

A ampliação do capital financeiro obtida, num primeiro momento com o lucro excedente produtivo, e num segundo momento com a reprodução do capital financeiro, tornou possível o processo de centralização do capital no fim do século XIX e começo do XX. Como conseqüências houve a exploração excessiva dos trabalhadores, má distribuição de renda, e formação de grandes conglomerados industriais a fim de obter o monopólio do comércio.

Caracterizou dessa forma, o que Lênin (2003) denominou de Imperialismo, a segunda etapa do capitalismo, podendo ser visto como um processo lógico do sistema de acumulação capitalista, onde o nacionalismo fazia parte da ideologia.

Após o período Imperialista, o Capitalismo passa por um novo ciclo sistêmico da qual Chesnais (1998, p.249) chama de Mundialização Financeira “marcado por abalos e sobressaltos, além de várias crises financeiras ‘autênticas’”.

O Capitalismo Contemporâneo expressa uma configuração específica, no qual o capital está centralizado das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 1998).

O Objetivo é analisar numa perspectiva histórica como o capital financeiro constitui a estrutura do sistema econômico atual e como ocorreu sua evolução desde o século XIX até os nossos dias. Mostrar como o capital financeiro está inserido nas economias capitalistas, e qual sua importância no processo de manutenção e desenvolvimento da ordem capitalista

Serão tratadas, de modo sintético, formulações teóricas sobre o conceito de capital financeiro, dinheiro, crédito.

Para entender o funcionamento do capital financeiro e sua importância no sistema econômico desde o século XIX é necessário resgatar as concepções teóricas de Marx, Hilferding, Lênin, Hobson, Arrighi, Chesnais e Harvey com base em pesquisa bibliográfica destes autores e em obras complementares.

O nascimento do capital surge a partir da existência do excedente de produção de modo que o excedente possa ser transformado em mais riqueza e assim, manter fluxo contínuo.

O excedente de produção não é característica única do capitalismo. Em sociedades pré-capitalistas existia excedente, porém, o objetivo único era consumi-lo. Entretanto, na sociedade capitalista, começa-se a verificar o uso do excedente como mercadoria a fim de ser comercializada e proporcionar lucro.

O capital financeiro “colocou” em segundo plano o capital produtivo e adquiriu aspectos autônomos, ou seja, ele mesmo passou a se garantir independente de possuir lastros ou não.

Essas características que o capital foi adquirindo é que foi possível haver a centralização e concentração do capital, com o apogeu no período Imperialista entre o fim do século XIX e começo do XX.

Desse modo, esta monografia se estrutura nos seguintes capítulos:

No primeiro capítulo será explicado o processo evolutivo da formação do capital financeiro baseado numa perspectiva histórica fundamentada em autores como Arrighi e Lênin. Neste mesmo capítulo será abordada também a formação do conceito capital e posteriormente do capital financeiro. Foram utilizados para este capítulo uma pesquisa bibliográfica baseada nos autores Marx, Hilferding, Lênin, Hobson, Arrighi, Chesnais e Harvey e em obras complementares.

Baseado no pensamento de Arrighi, o segundo capítulo, trata dos ciclos de acumulação e crescimento do capital financeiro desde XV, e como foram ocorrendo as crises sistêmicas de acumulação e aumento do poderio do capital financeiro até o século XX.

O último capítulo tentará evidenciar mais um novo ciclo de acumulação do capital financeiro, dada principalmente após os anos 80 e culminada na crise sistêmica capitalista exemplificada na Crise Financeira de 2008.

CAPÍTULO I

1.1 O CAPITAL FINANCEIRO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA

A intensificação sistêmica dos conflitos sociais durante a Alta Idade Média, adicionada a desarticulação do período medieval, levou a novas propostas religiosas restauradoras, inovadoras e de reorganização do sistema pela emergente oligarquia capitalista.

Esse inovador sistema interestatal, proposto pela nova oligarquia capitalista, foi centrado, no início, nas quatro grandes Cidades-Estados, que são: Veneza, Florença, Gênova e Milão e possuía como objetivo lucro, detenção do poder estatal e de comércio. A acumulação do capital vindo do comércio das Cidades-Estados com outras localidades ocasionou concentração de lucro e poder nas mãos das oligarquias até então não vista. (ARRIGHI, 2003, p.39). Este ciclo de acumulação é chamado de Ciclo Genovês de Acumulação.

Formou-se, assim, uma consciência do poder dos governantes europeus frente à necessidade dos demais países por essas cidades hegemônicas e rompeu-se o domínio das quatro Cidades-Estados no monopólio das redes trans-européias de comércio.

Surgiu nova ideologia. A nova ideologia, caracterizada pelo restabelecimento do livre comércio, proteção a propriedade privada e pelo incentivo ao comércio, foi estabelecida no fim do século XVI. Tem-se então, a liquidação do sistema medieval e o surgimento de nova ordem político-econômica mundial estabelecida, conhecida como Mercantilismo ou Capitalismo Concorrencial (ARRIGHI, 2003), que pode ser considerada idéia concretizada e “amadurecida” do primeiro ciclo.

O caos sistêmico do início do século XVII, portanto, foi transformado em uma nova ordem anárquica. A considerável liberdade assegurada à iniciativa privada [...] refletiu não apenas o interesse geral dos governantes e súditos no abastecimento confiável de meios de guerra e subsistência, mas também os interesses particulares da oligarquia capitalista holandesa numa acumulação irrestrita de capital. Essa organização do espaço político a bem da acumulação de capital marcou o nascimento, não só do moderno sistema interestatal, mas também do capitalismo como sistema mundial (ARRIGHI, 2003, p. 44).

O Capitalismo Concorrencial foi liderado por três países: Inglaterra, França e Holanda. Seu ponto mais marcante deu-se no século XVII, período de grande expansão territorial e acúmulo de excedentes. Esse sistema teve três principais componentes para seu desenvolvimento: 1) colonização direta; 2) escravatura capitalista; e 3) nacionalismo econômico.

Com a colonização e o comércio do trabalho escravo, os mercadores resolveram o problema de escassez de mão-de-obra, o que se tornou condição necessária para a expansão da infra-estrutura e dos mercados compradores a fim de manter os esforços produtivos dos colonos (LÊNIN, 2003).

Com o terceiro componente, o nacionalismo econômico marcado pelo protecionismo, os colonos conseguiram acumulação de excedentes monetários com o comércio numa escala até então nunca vista.

Durante esse período houve próspero acúmulo de capital nos países europeus. Em termos de poder mundial e acúmulo de excedentes monetários. Os principais países que tiraram proveito do sistema Mercantilista foram: França, Inglaterra e Holanda¹.

Começa-se, portanto um século XVIII marcado por um dualismo de poder nas altas finanças, de um lado Inglaterra de outro lado Holanda.

Neste contexto surge o capital financeiro – fusão do capital bancário com o capital produtivo (LÊNIN, 2003). O capital financeiro deu-se primeiramente em três países hegemônicos da época (Holanda, Inglaterra, e França) e foi constituído pela mudança no comando do capital que anteriormente se encontrava sob controle dos industriais e, posteriormente, foi submetido ao controle dos bancos².

¹ Por mais que Portugal e Espanha dominassem em a expansão ultramarina, e terem grande parte dos territórios coloniais, estes países não tinha o perfil de acumular excedentes monetários, utilizando-se das colônias apenas como exploradoras de matérias-primas. Essas matérias-prima serviram como meio de troca por produtos de maior valor agregado entre países europeus, inclusive Inglaterra.

² Apesar de haver contradições entre os autores sobre a questão do desempenho das funções do Estado ser ou não responsável pelo o surgimento do capital financeiro, o fato é que não podemos generalizar a historia. Alguns países tiveram o Estado centralizado como um fomentador do capital financeiro, outros não, como é o caso da França. No caso de Heilbroner, este acredita que um Estado centralizado ajudou no processo de utilização do excedente de produção “talvez a razão da formação dos estados (centralizados) foi exatamente a facilitação da extração do excedente”.

Luta do capital financeiro ascendente pela liberação nacional contra o feudalismo, cedeu o lugar à luta contra as forças novas do capital financeiro ultra-reacionário, decrépito e caduco, em marcha descendente até a decadência. Os limites nacionais que, num primeiro momento, eram a alavanca do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade que se libertava do feudalismo, se converteram agora (...) em obstáculo ao sucessivo desenvolvimento das forças produtivas. De classe avançada em ascensão, a burguesia passou a ser uma classe decadente, interiormente carcomida e reacionária (LÊNIN, 2003, p. 152).

No regime capitalista daquele período, os bancos desempenharam papel imprescindível para o aumento do volume de capital. É por meio deles que os donos de capital têm rentabilidade e conseguem especular. Eles criam instrumentos financeiros eficazes para a mobilidade e exportação do capital.

Entretanto, no século XVIII e início do século XIX, a volta da desordem na conjuntura européia fez com que os impérios coloniais entrassem em crise, acompanhado e sucedido pela expansão imperialista³ (ARRIGHI, 2003). Houve transformações no comércio do dinheiro e da riqueza. (BELLUZO, 1997)

Esse caos sistêmico ocorrido na Europa (Guerra dos Trinta anos, as Guerras Napoleônicas) foi financiado principalmente pela Inglaterra. Esse dinheiro proporcionou ao país uma hiper expansão e desenvolvimento da indústria de bens de capital.

Os Estados Imperialistas que emergiram, tiveram o propósito de dominar as fontes de matérias-primas com finalidade de produção e ampliar sua participação na economia mundial. Os donos do capital passaram a se acomodar na exploração do trabalho para expandir seu poder de atuação (LÊNIN, 2003). Dessa forma, se tem o surgimento de novas classes sociais sociedade, influenciada pelos países ricos e imperialistas, sobre economias não hegemônicas submetidas à exploração. O aparecimento de novas classes sociais foi comandado pelos desejos de acumulação das grandes potências, proporcionando uma expansão financeira notável para estes.

³ Belluzo (1997) explica a história do capitalismo de forma cíclica, em que o tipo de estrutura financeira e os regimes monetários são os responsáveis por acelerar ou desacelerar esse movimento. Mostra também que é por meio desses movimentos cíclicos que surgem novos instrumentos e inovações financeiras a fim de evitar a desintegração do sistema capitalista.

Essa expansão financeira, fez com que a Inglaterra pudesse arcar financeiramente com sua própria revolução industrial, começando por desenvolver o setor metalúrgico a fim de ter uma malha ferroviária para escoar sua produção.

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de mercadorias. O que caracteriza o capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital (LÊNIN, 2003, p. ?).

Com a industrialização dos bens e a mecanização das máquinas a disponibilidade de produção encontrava-se basicamente em países ricos – pois detinham capital para investir obtido a partir da acumulação de excedente – onde as mercadorias industrializadas tornaram-se mais valorizadas que as mercadorias vendidas (produtos primários) pelos países pobres.

Dessa forma, o capital tornou-se cada vez mais acumulado, concentrado e centralizado nas mãos das instituições financeiras desses países ricos. Este processo foi comandado pelo capital através de grupos financeiro-industriais.

Estabelece-se o Capitalismo Monopolista “um tipo totalmente novo de hegemonia, o imperialismo britânico do livre comércio, que reorganizou por completo o sistema interestatal, de modo a absorver essa transformação”. (ARRIGHI, 2003, p. 52).

Neste sentido o capital financeiro passou a ser um instrumento que provesse ao capitalista a obtenção de excedente monetário (lucro) por sua auto-valorização por meio de títulos conversíveis em dinheiro (ações, títulos da dívida pública e etc.). Ou seja, sem haver necessidade de investimento direto em produção.

Neste sentido, a determinação das finanças ultrapassa a da esfera produtiva num sentido diferente do sistema mundial moderno: o poder que antes se encontrava pela obtenção de territórios, foi abdicado pela obtenção financeira, surge assim uma nova conjuntura rearranjada pelo livre-comércio, protecionismo e abertura financeira. Sendo assim, o desenvolvimento britânico tenha passado pela indústria, ele dependeu das finanças. (ARRIGHI, 2003)

Assim, entre o fim do século XIX e começo do XX, o processo de acumulação, concentração e centralização do capital marcam o ponto mais alto do capitalismo. Período conhecido como Imperialismo em que a ampliação e internacionalização do capital tendem a

um processo de unificação devido ao excesso de autonomia sem “freio” caracterizado pelo capital (MARX, 1983).

A supressão da independência e autonomia verifica-se segundo Marx, nitidamente no crédito e de forma extrema no capital por ações (BRAGA, 1996, p.94).

Esse “freio” só veio aparecer com a I Guerra Mundial e teve seu ápice na Crise Financeira de 29, no qual foi estabelecido um novo sistema econômico, onde a liberdade do capital perde espaço.

Deste cenário, surge a teoria neoclássica proposta por J. M. Keynes, onde o Estado passaria a regular, fiscalizar e intervir no movimento de capitais de modo que este não “venha oferecer novas crises”.

Da década de 30 até a década de 70, o capitalismo desenfreado de antes estava “congelado”. Porém a partir de 1970 volta-se a liberdade de mobilização do capital influenciado de forma mais intensa pelo regime capitalista norte-americano e quase que determinado pelas ações dos governos de Margareth Thatcher (Inglaterra) e Ronald Reagan (Estados Unidos).

Denominado de Capitalismo Moderno, este novo capitalismo é marcado por uma concentração de grandes corporações dominando a produção e centralizando o capital⁴. Desse modo o capital financeiro possui características que acabam por alimentar o movimento do sistema capitalista, tendo como conseqüências a financeirização, globalização e mundialização do capital (CHESNAIS, 1998)

A cada crise, as pequenas empresas vão à falência e seus ativos são comprados por empresas sobreviventes. A tendência das grandes empresas é, portanto, uma parte integrante do capitalismo (HEILBRONER E THUROW, 2001, p.43).

⁴ Diferente da visão marxista, Schumpeter não vê a concorrência de forma danosa, ele acredita que o “monopólio é resultado do processo de concorrência e não seu oposto” (apud)

1.2 DEFINIÇÃO DE CAPITAL FINANCEIRO

Para compreender a importância do capital financeiro e como se deu seu processo evolutivo desde o século XVIII, é necessário recuperar a idéia de capital a partir da formulação de Marx (1985) sobre a produção e reprodução do capital (DMD’).

O conceito DMD’ mostra como ocorre o fluxo do excedente de mercadoria e moeda numa economia, enfim a base do processo de desenvolvimento capitalista. Dessa forma, a importância do dinheiro como capital está baseada no processo de acumulação, possível a partir do excedente de produção. O excedente de produção como caracteriza Marx (1985), vem da possibilidade de exploração do trabalho e da transformação do conceito de bem produzido (valor de uso) para mercadoria (valor de troca).

Entretanto, faz-se necessário um parêntese sobre a diferença entre o produto excedente nos sistemas pré-capitalistas dos sistemas capitalistas. De fato, é sabido que o acúmulo produtivo não é característica única do sistema capitalista, já encontrada em sociedades anteriores⁵.

A existência do excedente de produção encontra-se em praticamente todas as sociedades que passaram de comunidades primitivas para as civilizações nas quais a organização social e política eram facilitadas pela presença do Estado centralizado (HEILBRONER, 1988, p. 25).

Cabe enfatizar que, enquanto nas sociedades pré-capitalistas o excedente de produção foi tido como fim último funcionando apenas como valor de uso, no regime capitalista este excedente começa a servir como meio para se alcançar mais riqueza formando um ciclo de reprodução, ou nas palavras de Heilbroner (1985, p.38) “o uso da riqueza de diversas formas concretas, não como fim em si mesma, mas como meio para se juntar mais riqueza”.

O conceito de Marx (1985) na formulação de sua teoria DMD’ é entendido a partir do seguinte exemplo: um capitalista (industrial) que vá ao mercado com dinheiro (D) em busca de força de trabalho e matéria-prima, que após a combinação desses fatores tem-se a

⁵ A grande diferença que temos que levar em consideração, é que na sociedade pré-capitalista, existindo algum excedente de produção, este não era visto como meio para se gerar mais riqueza, e a mercadoria era vista contendo somente um valor de uso. Dessa maneira não havia o pensamento de acumular para gerar mais riqueza, como um ciclo de reprodução que era marcado na época capitalista.

mercadoria produzida (M). Com ela o capitalista volta ao mercado para vendê-la por um preço acima do que gastou com os fatores de produção. Adicionando ao dinheiro gasto o dinheiro ganho, ou seja, o lucro (D') (SWEEZY, 1993).

Os preços das mercadorias (o que Marx denomina de 'preços da produção') serão então constituídos do capital empregado na produção mais um lucro calculado como certa percentagem do desembolso de capital. Essa percentagem nada mais é que a taxa média de lucro, obtida pela divisão da mais-valia total pelo capital social total (SWEEZY, 1993, p.97).

Para que o capital obedeça à condição de reprodução, os donos dos meios de produção começam a explorar mais a classe proletariada com o intuito de ter mais produtividade e assim conseguir uma equivalência nos lucros (MARX, 1985; HILFERDING, 1985; CHESNAIS, 1996).

A diferença entre D e D' é o que Marx chama de mais-valia. Constitui da fonte de remuneração do proprietário do capital obtido por meio da exploração dos trabalhadores. O mecanismo de circulação do capital tem como fim alcançar e aumentar a riqueza do capitalista, conforme o exemplo fornecido acima.

A partir do conceito de mais-valia é que se torna possível cada vez mais acumular. Neste sentido, os donos dos meios de produção passam a reinvestir o lucro alcançado (D') em maior produção para se alcançar ainda mais lucro. Caracterizada como processo dinâmico de reprodução do capital.

Quando o bem produzido converte-se em mercadoria ele passa a ser visto também como valor de troca e não somente como valor de uso.

Sem embargo, é evidente que naquelas sociedades econômicas nas quais não predominava o valor de troca, mas sim o valor de uso do produto, o trabalho excedente se acha circunscrito a um setor mais ou menos amplo de necessidades, sem que do caráter mesmo da produção brote uma fome insaciável de trabalho excedente. Por isso, onde na Antiguidade se revela o mais espantoso trabalho sobrando é ali onde se trata de produzir o valor de troca em sua forma específica de dinheiro, quer dizer, na produção de ouro e prata. [...] Sem embargo, no mundo antigo isto não é mais do que excepcional (MARX apud ARRIGHI, 2003, p.181).

Outro fator para se compreender o processo de produção e reprodução do capital é a necessidade de circulação do excedente de produção de mercadorias possível a partir do desenvolvimento das trocas. Sem a circulação, o capital seria estacionário e não circularia. Inviabilizaria seu desenvolvimento.

A sociedade baseada na propriedade privada e na divisão do trabalho só é possível mediante as relações de troca entre seus membros. A sociedade só surge como tal mediante a troca, o único processo social que essa sociedade conhece do ponto de vista econômico. E é somente dentre dessa sociedade que o ato de troca torna-se objeto de uma análise específica que procura saber como surge o ato de troca como meio de circulação de bens sociais (HILFERDING, 1995, p. 35).

A relação entre a sociedade produtora passa a se formar a partir da idéia de troca do bem produzido pelo trabalho realizado, possibilitada pela presença do capital que “os põem juntos e os mantém juntos” (MARX apud ARRIGHI, 2003, p. 380). A troca de mercadorias e, portanto, valores adicionados a ela, é que de fato, tornam-se possíveis a produção e reprodução do capital.

O instrumento financeiro utilizado como parâmetro de equivalência e que viabiliza a troca é conhecido como dinheiro⁶. Porém para este possibilitar a reprodução do capital torna-se necessário atribuir ao dinheiro uma nova função, além da existente função dos meios de troca, a função reserva de valor. Dessa maneira o capital esta em constante movimento, ora em forma de mercadorias, ora em forma de dinheiro. (HILFERDING, 1985).

Como valor, o dinheiro é, portanto, uma mercadoria como outra qualquer e a necessidade de o dinheiro ter valor nasce diretamente, do caráter da sociedade produtora de mercadorias [...] O dinheiro se distingue das demais mercadorias por ser um equivalente delas. É, pois a mercadoria que expressa o valor de todas as outras [...] Ficou assim, legitimado como parâmetro de valor (HILFERDING, 1985, p 38).

⁶ Deve-se entender como dinheiro o valor materializado, de modo que se transfira o valor da mercadoria para satisfazer o vendedor e ainda possua a função de servir como um instrumento para a produção e também gerar lucros para os capitalistas (HILFERDING, SWEEZY).

Para se chegar ao conceito de capital financeiro, retoma-se o raciocínio de Marx. Para o autor, surge o conceito do dinheiro como capital quando adquire um valor para uso específico, ou seja, de produzir lucro a partir da mais-valia⁷.

O capital financeiro surge como um instrumento com função desempenhar da lógica do capitalismo: acumulação. Nesse caso ele não precisa desempenhar o papel de produção de mercadorias (pelo menos não diretamente) para trazer acumulação monetária.

A partir da possibilidade da reprodução do capital, tem início o desejo de cada vez mais acumular e de consumir mais. Começa-se, então, a crescer continuamente o volume financeiro de capital disponível no mercado proporcionado principalmente excedente de produção. Amplia-se, dessa forma, o ciclo de reprodução do capital⁸.

Considero os desejos e preferências da humanidade como ilimitados. Queremos sempre aumentar nossas distrações ou nossa força. O consumo contribui para nossa diversão, a acumulação para nossa força, e igualmente promovem a procura (RICARDO apud SWEEZY, 1983, p. 76).

No contexto Imperialista, o capital (basicamente fixo) começa a enfrentar barreiras em sua circulação devido ao crescimento de investimento industrial. Desse modo, o retorno do investimento passou a ser principalmente de longo prazo.

Com o desenvolvimento do processo de financiamento das atividades industriais pelos capitalistas financistas, estes precisavam desenvolver instrumentos financeiros muito importantes, que propiciasse liquidez ao mercado, a fim de chegar ao objetivo que é o lucro, ou seja, a remuneração deste pelo próprio capital.

Com o comércio da mercadoria dinheiro permitiu-se a ampliação da importância dos bancos como intermediários, de modo que possuíssem competência necessária para satisfazer o processo de circulação e produção do crescente aumento de crédito para toda a área industrial (MARX, 1983; HILFERDING, 1985).

⁷ Marx explica a existência de dois tipos de capital: o capital fixo, no qual se refere à parte do capital que é reinvestido para a produção (máquinas, matérias-primas, equipamentos) e o capital variável que é destinado à compra da força do trabalhador, ou seja, ao salário a ser pago pelo capitalista.

⁸ Hobson menciona o fator “tributo do exterior” como sendo, também, um fator responsável pelo excedente de produção e com isso pelo aumento do volume financeiro (HOBSON apud ARRIGHI, 2003, p.167)

Tem-se assim uma nova função dada ao capital, denominado por Marx (1985) como capital portador de juros e por Hilferding (1995) como capital financeiro ⁹. Nessa concepção de capital que é outra forma assumida pelo dinheiro, busca valorizá-lo via empréstimo e não via produção de mercadorias. É um meio de produzir mais dinheiro¹⁰.

O capital financeiro consegue por si mesmo “multiplicar-se” através dos juros ou através de sua auto-valorização. Uma das principais características que dominam a lógica de funcionamento do capital financeiro são a especulação e o aspecto ilusório. Teoricamente o capital financeiro se refere a um conjunto de formas indefinidas de capital. (HARVEY, 1990)

A coisa é diferente com o capital portador de juros, e justamente essa diferença constitui seu caráter específico. O possuidor de dinheiro que quer valorizar seu dinheiro como capital portador de juros aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, torna mercadoria como capital; não só como capital para si mesmo, mas também para outros; não é meramente capital que o aliena, mas entregue ao terceiro de antemão como capital, como valor que possui valor de uso de criar mais-valia, lucro; como valor que se conserva no movimento e, depois de ter funcionado, retorna para quem originalmente o despendeu, nesse caso o possuidor de dinheiro; portanto afasta-se dele apenas por um período, passa da posse de seu proprietário apenas temporariamente à posse do capitalista funcionante, não é dado em pagamento nem vendido, mas apenas emprestado; só é alienado sob a condição, primeiro, de voltar, após determinado prazo, a seu ponto de partida, e, segundo, de voltar como capital realizado, tendo realizado seu valor de uso de produzir mais-valia (MARX apud ARRIGHI, 2003).

Os bancos passam, cada vez mais, a possuir os depósitos da quantia excedente de dinheiro em forma de lucros dos capitalistas produtivos e não produtivos.

No caso da livre cunhagem tudo é diferente; nesse caso o dinheiro entra em circulação ou sai de acordo com as necessidades do momento, enquanto os excessos, na condição de portadores de valor, ficam depositados nos banco (HILFERDING, 1985, p. 59-60).

⁹ Vale ressaltar que, de acordo com pensamento de Braudel, o capital financeiro existia anterior ao século XIX. (Ver ARRIGHI, 2003, p.166).

¹⁰ Marx define o capital financeiro (monetário) como capital fictício, porque diferente do capital produtivo, este não produz nada. “A formação do capital fictício chama-se capitalização. Cada receita que se repete regularmente é capitalizada em se a calculando na base da taxa média de juros, como importância que um capital, emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria” (MARX, 1983, p.11)

Tem-se então a criação de um sistema creditício que irá evoluir cada vez mais. Os lucros, excedentes gerados, são transferidos para “a mão” do sistema financeiro (HILFERDING, 1985, SWEEZY, 1993), o que acabam tornando a atividade financeira maior que a atividade industrial.

Segundo Lênin (2003) o capital financeiro é a "fusão do capital bancário com o capital produtivo", que nasce a partir do momento em que os donos do capital começam a fornecer empréstimos remunerados aos donos dos meios de produção para o re-investimento em produção. Hilferding (1985) concorda com o pensamento de Lênin, ao afirmar que:

Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso – e sempre pode ser retirado por eles na forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 219).

Surge, portanto, uma relação cada vez mais intrínseca entre os donos do capital e os donos dos meios de produção ao passo que cada vez mais os industriais passam a depender dos capitalistas, portanto “ocorre uma subordinação do capital produtivo pelo capital financeiro” (HILFERDING, 1985, p.220).

Vimos como a indústria cai, cada vez mais, na dependência do capital bancário, mas isso não significa de modo algum que os magnatas da indústria também se tornem dependentes dos magnatas do banco. Na medida em que o próprio capital, no seu mais alto grau, se torna capital financeiro, o magnata do capital, o capitalista financeiro, concentra a disposição de todo o capital nacional em forma de domínio do capital bancário (idem).

Esse processo é acompanhado pela concentração e centralização do sistema bancário, de modo que eles participem como sócios (acionistas) destas empresas e passem a cada vez mais a ter influência e poder sobre estas de modo que conduzem a uma espécie de fusões e aquisições.

O resultado foi um maior volume financeiro de circulação do capital e capitalização por parte das indústrias. Todavia, somente notada no campo dos donos de capital ou donos da produção, ou seja, para o resto da sociedade este não necessariamente, é visto da mesma forma podendo ser representado entre o preço fictício e o preço real.

Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são (...) direitos sobre capital real. Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído de onde esta. Apenas dão direito a parte da mais valia a ser obtida. Mas constituem também duplicação em papel real (...) Tornando-se representantes nominais dos capitais inexistentes (...) A acumulação desses papeis(...) expressa ampliação do processo real de reprodução (...) Mas, como duplicatas negociáveis por si mesma como se fossem mercadorias, e circulando por isso como capital como valor-capital, são ilusórios, e o valor pode variar sem depender por nada do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos (...) Já por essa razão, essa riqueza imaginária (...) expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX apud CARCANHOLO E NAKATANI, 1999).

Inicia-se uma nova fase do capitalismo, o Imperialismo, no qual predominam grandes monopólios em forma de sociedades anônimas em substituição da livre concorrência. Tem-se a concentração e centralização do capital (com lucros extraordinários) induzindo a uma tendência monopolista e uma eliminação progressiva da concorrência (HILFERDING, 1985).

Existindo sob a forma mais abstrata possível (capital financeiro), possui a capacidade de levar aos seus limites os processos de centralização da propriedade, mobilização de recursos e controle sobre o movimento geral da acumulação (TEIXEIRA apud 1983, p.99).

Assim, o Capital Financeiro surgiu da evolução do sistema capitalista. Não surgiu de forma pré-meditada, mas sim pela necessidade de sobrevivência deste sistema.

CAPÍTULO II - EXPANSÃO DO CAPITAL FINANCEIRO - CICLOS DE ACUMULAÇÃO

Cada qual caracterizado por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial: um ciclo genovês, do século XV o início do século XVII; um ciclo holandês, do fim do século XVI até decorrida a maior parte do XVIII; um ciclo britânico, da segunda metade do século XVIII até o início do século XX; e um ciclo norte americano, iniciado no fim do século XIX e que prossegue na atual fase de expansão financeira (ARRIGHI, 2003).

2.1 CICLO GENOVÊS ESPANHOL - SÉCULO XVI

Como foi visto no capítulo I, a primeira expansão significativa do capital, se é que podemos chamá-la assim, contribuiu para a nova ideologia econômica que iria se constituir nos séculos seguintes, e traria conseqüências e mudanças no âmbito social e político,

A hegemonia do capital genovês não se formou no século XVI. O capital genovês foi sendo aprimorado nos séculos anteriores, até chegar a primeira grande expansão do capital, tal como é conhecida hoje. Os genoveses se beneficiavam com o controle da rota comercial centro-asiática. Esse processo começou por volta do século XIII com a expansão de terra cultivável o que levou ao crescimento dos mercados urbanos, do comércio e à crise do feudalismo dois séculos seguintes (ARRIGHI, 2003 e DOBB, 1971).

No século XV, a Europa encontrava-se em transformações profundas, ocasionadas pela desintegração do sistema feudal e ascensão de nova cultura: a Renascentista. Dos séculos XIV ao XVI uma nova tendência passou a exigir a prestações de serviços do campesinato na terra dos grandes proprietários que acarretou importante transformação, isto é, a mudança de pagamento com prestação de serviços para pagamento em espécie. (DOBB, 1971, p.90).

Apesar de a Europa ter passado por turbulências econômicas e políticas, o Estado de Gênova, de forma precursora às outras cidades-estados (Milão, Florença e Veneza) já estendia ao seu redor sua dominação na região rural se associando a uma elite agrária de objetivos mercantis que detinha poder comercial e controle das terras (ARRIGHI, 2003 e DOBB, 1971).

Começa a se desenvolver em meados do século XIV as grandes feiras situadas na costa da Itália e Espanha¹¹. Era a maior representatividade de comércio da época. Juntamente com Veneza e Florença, Gênova detinha um grande poder comercial e um conseqüente acúmulo primitivo de capital como resposta do lucro do comércio na região (DOBB, 1971).

Gênova esteve na dianteira desse movimento e, com a fundação da Casa di San Giorgio, em 1407, criou uma instituição de controle de finanças públicas por credores privados, que nesse aspecto, só encontrou paralelo, em termos de eficiência ou sofisticação, quando da fundação do Banco da Inglaterra, quase três séculos depois (ARRIGHI, 2003, p. 112).

Esse acúmulo de capital servia como forma de financiar sua dívida pública, e se encontrava basicamente nas mãos da elite rural. Apesar do poder econômico concentra-se nas mãos dessa elite, a presença do Estado foi fundamental de modo a reafirmar sua economia por meio da idéia de introdução de padrão monetário em que as transações comerciais e financeiras tivessem medida de valor (DOBB, 1971).

A idéia de moeda forte para Gênova, já no século XV, contribuiu para o processo de acumulação de capital. O Estado genovês percebeu que com a introdução de padrão monetário poderia lucrar e não ficaria dependente das oscilações do preço do dinheiro e, com isso, deu impulso as novas técnicas e instrumentos financeiros (ARRIGHI, 2003).

Hilferding... vê o mundo do capital como uma gama de possibilidades, dentro da qual a variedade financeira – um fenômeno de surgimento muito recente, na visão dele – tendeu a derrotar as demais, penetrando-as por dentro. Essa é uma visão com que me disponho a concordar, com a ressalva de que vejo a pluralidade do capitalismo remontando a um longo tempo atrás. O capitalismo financeiro não foi um novo rebento da década de 1900; eu diria até que, no passado – digamos, em Gênova ou Amsterdam – após uma onda de crescimento do capitalismo comercial e a acumulação de capital numa escala superior aos canais normais de investimento, o capitalismo financeiro já estava em condições de assumir o comando e dominar, pelo menos por algum tempo, todas as atividades do mundo comercial (BRAUDEL apud ARRIGHI, 2003, p. 166).

¹¹ Dentro desse movimento, a relação de trocas tem fundamental importância no desenvolvimento de produção e prosperidade de mercado dada a possibilidade de circulação dos produtos trocados. É por meio da troca que há uma ligação entre a sociedade de modo a satisfazer suas necessidades (HILFERDING, 1985).

Gênova financiou as descobertas marítimas de Portugal e Espanha, o que propiciou o surgimento de um forte grupo de banqueiros que dominaram as finanças européias nesse período.

Entretanto, a concorrência com as outras Cidades-Estados se acirrava e seu poder sobre as rotas comerciais decrescia. Uma saída que Gênova recorreu, foi firmar um laço político e econômico com o território Ibérico: os genoveses concebiam créditos e financiamentos para o país ibérico enquanto este permitia a circulação em seus mares (ARRIGHI, 2003).

Todavia, os conflitos em território Ibérico, trouxeram uma fase de crise para Gênova, e conseqüentemente, há o surgimento de uma nova nação hegemônica, a Holanda (WANDERLEY, 2009).

2.2 CICLO HOLANDÊS - SÉCULO XVII

A seguinte fase de acumulação capitalista, segundo Arrighi (2003) segunda fase de acumulação do capital, tem como país hegemônico a Holanda que se sobressai perante os outros países por reinvestir seu excedente em mercados que gerassem renda. Dessa forma, a Holanda foi a primeira sociedade que tinha um perfil rentista.

Também como fator determinante na hegemonia holandesa neste período, foi um acordo político e comercial com os ingleses que firmavam um tratamento especial relacionados ao comércio entre esses países.

Entretanto o excesso de competição comercial no país juntamente com conflitos vigentes na Europa culminou em sua destruição. Dessa maneira, a Inglaterra como segundo país que dominava o âmbito das finanças, passa a liderar esta.

2.3 CICLO BRITÂNICO E O IMPERIALISMO DO SÉCULO XVIII E XIX

A Inglaterra no século XVIII tinha posição dominante e avançada na produção mercantil frente ao comércio internacional em relação aos outros países europeus. Ela quebrou o monopólio entre as metrópoles e suas respectivas colônias, ampliou o comércio com o Oriente e aumentou a participação no comércio de escravos. Também era “sócia” do comércio de açúcar nas Antilhas com a França e a Holanda (ARRIGHI, 2003).

O comércio com os países europeus vizinhos, destacando Portugal, produzia superávit na balança comercial inglesa, já que estes países muito importavam da Inglaterra.

Admitimos a importação e o consumo entre nós de produtos e mercadorias vindos da Holanda, Alemanha, Portugal e Itália; e temos razão nisso, porque esperamos que aquilo que enviamos para esses países tenha valor muito maior do que o das coisas que recebemos deles. Dessa maneira, o consumo destas nações paga somas muito maiores pelas rendas de terras e pelo trabalho de nosso povo do que as respectivas somas que pagamos a eles (SMITH apud HOBSON, 1983, p.31).

Todos esses fatores contribuíram, para que o país tivesse grande fluxo de metais preciosos (principalmente ouro e prata) nos séculos XVII e XVIII, que alimentava o desenvolvimento dos negócios e sustentava o processo de crescimento da acumulação¹². (ARRIGHI, 2003).

A partir da conjuntura que se estabeleceu na Inglaterra, no período, é que se pode pensar numa possível revolução dos meios de produção. A atividade industrial, do início do século XVIII, deveria ser vista como um organismo industrial embrionário que possuía fragilidade em ultrapassar “os limites nacionais” e via-se quase exclusivamente destinada a

¹² De acordo com o pensamento de Hobson (1983), esses fatores contribuíram porem de forma modesta: “É verdade que, no decorrer da Idade Média, uma serie de nações européias tornou-se proeminentemente com o desenvolvimento com da navegação e do comércio internacional – Itália, Portugal, Espanha, Holanda e Inglaterra; mas nem por seu vulto nem por seu caráter teve importância capital. Mesmo no caso das nações em que se desenvolveu mais, ele (o comércio internacional) representou uma porcentagem muito pequena de toda a indústria do país, restringindo-se principalmente as especiarias, ouro e prata em barra, panos ornamentais e outros objetos de arte e luxo” (p.28 – parênteses meu).

demanda local o que dificultava a circulação e movimentação do capital¹³ (HOBSON, 1983, p. 28 e 37).

O Novo mundo estava apenas entreaberto e seus recursos conhecidos não poderiam ser amplamente utilizados antes do desenvolvimento de uma maquinaria mais adequada ao transporte (HOBSON, 1983, p.29). (Grifo meu)

Deve-se destacar também que havia limites econômicos ainda em meados do século XVIII destacando-se “o fraco desenvolvimento do crédito internacional e do mecanismo de trocas” (HOBSON, 1983, p.34).

Essas dificuldades e incertezas quanto ao comércio foram amenizadas pelo aperfeiçoamento na comunicação e pelo papel de intermediários financeiros especializados ou financistas¹⁴. Estes tiveram papel fundamental na concretização e estabelecimento de uma estrutura industrial organizada e com possibilidade de expansão e lucratividade que seria vista como revolução no século seguinte .

Durante essa época, a Inglaterra vivenciou muitas transformações no campo econômico, político e social. A existência da intensificação da propriedade privada e o aumento da produção, em meados do século XIX, contribuíram para a futura revolução industrial.

À medida que o século foi avançando, o fechamento das terras comuns, o crescimento das grandes propriedades agrícolas, a aplicação da nova ciência e do novo capital levaram a uma rápida diferenciação no uso da terra para fins agrícolas (Idem, p.44).

Essas transformações foram, posteriormente, incorporadas aos demais países que as absorveram e aderiram aos moldes estruturais do capitalismo.

Mais especificamente, a grande expansão do comércio mundial de meados do século XIX, como todas as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital (idem, p.168).

¹³ É necessária a seguinte análise: naquela época o comércio exterior ainda não possuía uma dimensão ampliada. Contudo, não devemos exagerar no papel da relação entre o comércio interno e externo entre os países dominantes, já que havia fraca integração entre eles e pouca especialização nas indústrias.

¹⁴ “Os intermediários financeiros não trabalhavam com seu próprio dinheiro, mas com o dinheiro que a população deposita nas contas [...] Trata-se, portanto, de ganhos sobre as nossas economias sem que o intermediário financeiro tenha obrigação de desenvolver qualquer atividade produtiva, Ele é apenas um repassador” (DOWBOR, 2008).

Como conseqüência, tem-se expropriação e expulsão de uma parcela da população rural escoados para as cidades beneficiando os capitalistas. Dessa forma, aumenta a quantidade de pessoas nos centros urbanos por conta dessa migração e há conseqüentemente um crescimento na demanda de produtos agrícolas e matérias-primas por esta população (SWEEZY, 1993).

Essa migração de população do campo rural para o campo urbano leva à elevação dos salários da mão-de-obra rural por causa de sua pequena oferta. Há introdução do processo de mecanização da produção com o propósito de atender a demanda de trabalho rural.

Entre 1849 e 1859 ocorreu uma elevação dos salários nas regiões agrícolas da Inglaterra (...) Isso foi conseqüência de um incomum êxodo da população agrícola excedente causado pelas exigências da guerra, pela ampliação de ferrovias, fábricas, minas e etc(...) (MARX apud SWEEZY, 1993, p.79).

Paralelo ao processo de mecanização, o capital financeiro passou a circular de forma mais rápida e autônoma no sistema capitalista dada pela expansão da criação da massa total de mercadorias e sua circulação entre os mercados. A expansão financeira criou condições no processo de inovação da mecanização dos processos de produção que transformaram “a indústria britânica de bens de capital numa máquina poderosa e autônoma de expansão capitalista” (ARRIGHI, 2003, p.165). Essa expansão do capital permitiu o desenvolvimento e aperfeiçoamento de máquinas e ferrovias diminuindo assim distância e alcançando novas regiões fora do âmbito europeu.

Desse modo, verificou-se um fenômeno na época: a incorporação crescente de novos meios de produção - máquinas em substituição do trabalho manual - colocando a produtividade e os lucros em níveis mais elevados, o que sugere a ocorrência de uma verdadeira revolução, a Revolução Industrial Britânica. (SWEEZY, 1983)

Focados em maior produtividade, os capitalistas começaram a procurar novos mercados potenciais, além dos mercados existentes, com o objetivo de escoar a produção, como se verifica nos dias atuais em que as empresas transnacionais procuram oportunidades de negócios a fim de otimizar o lucro.

(...) a contínua liberalização unilateral do comércio britânico criou condições para uma grande expansão do comércio e da produção mundiais. Os bens de capital britânicos encontraram uma demanda imediata entre as organizações

governamentais e empresariais do mundo inteiro. E essas organizações, por sua vez, aumentaram sua produção de insumos primários para a venda da Grã-Bretanha, a fim de obter os recursos necessários para pagar pelos bens de capital ou amortizar as dívidas contraídas quando de sua aquisição (MATHIAS In ARRIGHI, 2003, p.165).

Contudo, no âmbito financeiro, os metais (ouro e prata) acumulados perdem intensidade como forma de valor circulante, uma vez que não possuem a mais velocidade necessária para acompanhar a evolução do processo de circulação financeira dentro da lógica e importância de reprodução do capital.

Desta maneira, já nessa época, o capital financeiro adquire forma fictícia pelo título que se encontra em mãos de seu detentor como verdadeiro capital representar um determinado valor correspondente. Esses títulos se mostram líquidos e conversíveis em dinheiro.

Nasce a necessidade de ter um local central que permita e “de força” a essa maior circulação de capital. Na época não havia outro local mais desenvolvido financeiramente que Londres.

O pólo central europeu, localizado na cidade de Londres, passou a ser o local mais conveniente e eficiente para obter meios de pagamentos, produção e para comercializar produtos primários. Seu sistema bancário era o mais desenvolvido e com isso conseguia suprir a demanda de circulação e reprodução do capital. Ele foi denominado de “elo principal entre a organização política e a organização econômica no mundo” (POLANYI apud ARRIGHI, 2003, p.171).

O domínio britânico perante a Europa foi firmado e complementado pela consolidação de seus impérios territoriais. Ainda neste contexto o regime britânico livre comércio ligou o mundo inteiro a Grã-Bretanha.

As transformações socioeconômicas apresentadas até este ponto neste estudo indicam a necessidade do capital possuir mais mobilidade, garantia e aceitação entre os diversos países e mercados. Dessa forma, de acordo com o pensamento de Hilferding (1985), o capital financeiro adquire diferentes funções e formas e, caracteriza-se por originar o capital financeiro.

Os títulos de propriedade sobre sociedades mercantis, ferrovias, minas, etc. são (...) direitos sobre capital real. Entretanto, não permitem que se disponha desse capital, que não pode ser extraído de onde está. Apenas dão direito a parte da mais valia a ser obtida. Mas constituem também duplicação em papel real (...). Tornando-se representantes nominais dos capitais inexistentes (...). A acumulação desses papéis (...) expressa ampliação do processo real de

reprodução (...). Mas, como duplicatas negociáveis por si mesma como se fossem mercadorias, e circulando por isso como capital como valor-capital, são ilusórios, e o valor pode variar sem depender por nada do movimento do valor do capital real que representam como títulos jurídicos (...). Já por essa razão, essa riqueza imaginária (...) expande-se com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX apud CARCANHOLO E NAKATANI, 1999).

O final do século XIX assistiu ao impulso do capital financeiro com características monopolistas. O que levou HILFERDING a identificar o período como “estágio do capital financeiro” (HILFERDING, 1985, p.65).

Para Arrighi (2003, p.169) ocorreram alterações desde 1870 no sistema capitalista que antes era marcado pela expansão material (DM) e terminou com o surgimento de outra fase assinalando a expansão financeira (MD') em que “o resultado dessa aceleração na expansão material do capital foi a globalização mundial capitalista”.

Uma das características fundamentais da fase de expansão financeira neste terceiro ciclo foi “a exportação de capital da Grã Bretanha” em grandes quantidades e também “uma expansão das redes bancárias provinciais britânicas” (ARRIGHI, 1985, p.169). Um dos principais papéis dessas redes bancárias era transferir o excedente de capital proveniente das empresas para aquelas que necessitavam.

Ao passo que os excedentes monetários na esfera produtiva não traziam lucros como na esfera financeira, as empresas passam a optar por “manter [-se] líquidas ao menos parte de seu capital e deixar que a City [Londres], através dos bancos provinciais ou diretamente por seus corretores, cuidasse de investi-lo, sob qualquer local da economia mundial que promettesse os rendimentos mais seguros e mais altos” (ARRIGHI, 1985, p.169).

Neste contexto o sistema capitalista mostra uma disposição à concentração e à centralização de capital, que levará na virada do século XIX, ao aparecimento do conglomerado capitalista composta principalmente por capital financeiro. A estrutura característica desses grandes conglomerados garantiria sua articulação com os bancos, intensificando a acumulação, o que centraliza profundamente o sistema. Essa fase inaugurada é chamada de Capitalismo Monopolista, em que os mercados organizados prevalecem sob a forma de oligopólios (HILFERDING, 1985).

Nesta fase de domínio do Capital Monopolista, o sistema está ligado ao desenvolvimento de nova base produtiva. Dessa maneira, a empresa possui novas características que se baseiam no desenvolvimento de máquinas movidas a petróleo, processo metalúrgico dos metais ferro e aço e todas as inovações que irão se estender ao longo do século XX, permitindo a territorial e setorial do sistema. (MARX, 1983).

(...) a crise de 1873/1896 foi a grande crise do capitalismo de livre concorrência, já em transição para a monopolização. Essa crise operou num âmbito restrito internacional, pois foi fundamentalmente uma depressão no capitalismo inglês, marcada apenas por recessões nos outros países e sem um *crash* financeiro globalizado (BRAGA, 1996, p.93).

O Sistema Capitalista Monopolista era um sistema de mercado basicamente concorrencial¹⁵. Caracterizava-se por continuar uma política de rigidez de preços e salários necessitando da intervenção do Estado contrapondo aos interesses dos grandes capitalistas com dos grandes sindicatos de trabalhadores.

Época esta em que a pressão tendenciosa da queda da taxa de juros faz surgir lutas competitivas entre os grandes sindicatos e capitalistas assinalando o fim da expansão do comércio mundial no século XIX. Ressalta-se que a origem desses grandes sindicatos surgem da intensa concentração e centralização do capital.

Sendo assim, o ciclo britânico de acumulação teve como característica uma “fase de expansão material [que] associou-se, desde o início, a uma grande guinada do comércio e da produção para as finanças, por parte da classe capitalista britânica” (ARRIGHI, 2003, p.169).

2.4 CICLO DE ACUMULAÇÃO NORTE-AMERICANA – ATÉ A DÉCADA DE 70

Os EUA, desde o século XIX, vinham se inovando na forma organização empresarial de modo mais eficiente do que a estrutura capitalista concorrencial da época¹⁶. No final deste período, os EUA juntamente com a Alemanha dominavam no âmbito industrial o primeiro e segundo lugar de maiores economias mundiais (FIORI, 1997).

De modo diferente de outros países europeus, a partir das crises sistêmicas do capitalismo concorrencial, os EUA vinham se mostrando estruturalmente mais sólidos: possuíam um grande parque industrial em constante renovação tecnológica dominado pelos grandes conglomerados e destinavam sua produção para alta escala o que permitiu no âmbito financeiro a eficiência na reprodução capital.

¹⁵ Será visto no próximo tópico como os EUA se apresentam nessa conjuntura mundial e como futuramente coordenara os passos do sistema capitalista.

¹⁶ Segundo Arrighi, as vantagens competitivas que os EUA obtiveram através de organização empresarial baseada na integração vertical, ou seja, por meio da internalização dos diferentes custos permitiu com que houvesse uma “rápida expansão das modernas corporações norte-americanas no fim do século XIX e início do século XX” (p. 247) com grande capacidade para competição com outras empresas.

Além de seu parque industrial, a demanda interna vinha crescendo de modo significativa o que ocasionava numa certa independência de exportações para as economias externas. Outro ponto fundamental foi o investimento que os EUA recebiam, por parte dos países europeus (principalmente da Grã-Bretanha), por sua alta capacidade de absorção dos produtos europeus exportados e uma conseguinte maior receita para estes.

Nesta mesma linha do tempo houve caos generalizado, eclodido na I Guerra Mundial, e conseqüentemente a destruição política e econômica de diversos países europeus. Essas crises sistêmicas do capitalismo fizeram com que os EUA se organizassem de maneira diferente, de modo que as empresas norte-americanas começassem a se internacionalizar.

No fim da Guerra, portanto, os EUA haviam recomprado por uma pechincha alguns dos investimentos maciços que tinham construído a infra-estrutura de sua própria economia doméstica no século XIX e, Além disso, haviam acumulados imensos créditos (ARRIGHI, 2003, p.279).

Entretanto, a economia mundial sofre na raiz de sua ideologia, pondo em xeque as premissas liberais e agregando características intervencionistas de Estado como o protecionismo comercial. Tem-se então, a queda da ideologia liberal após a crise de 29 e se reafirma uma nova ideologia de ordem econômica regida pela intervenção do Estado.

É só a partir do crash de 1929 e do começo da grande crise que um conjunto de países industriais vêem na exportação uma das maneiras de compensar a queda da demanda interna. Eles tentam ‘exportar o desemprego’ para os países vizinhos, ao mesmo tempo que erguem, cada qual, fortes barreiras protecionistas (CHESNAIS, 1996, p. 217)

Com as reformas monetárias e bancárias proposta no *New Deal*, em 1931 do governo Roosevelt, o fim do padrão ouro, cujo metal servia de lastro na emissão de papel moeda, provocou uma criação da moeda através da extensão na concessão do crédito transformando “a própria moeda num tipo de capital financeiro [...]” (CHESNAIS, 1998, p.64).

Na década de 1930, a economia capitalista norte-americana supera o governo imperialista britânico. Na economia norte-americana, baseada na soberania dos Estados e na nova reintegração e liberdade entre os grandes conglomerados, via-se um enorme fluxo financeiro circulando na esfera econômica mundial de forma a resumir o espaço geográfico (ARRIGHI, 2003).

Penso que mesmo sendo evidente que a concorrência praticada por uma grande empresa pode partir de uma estrutura de mercado (oligopólio concentrado, diferenciado e etc.) ou de uma indústria qualquer, ela se generaliza pelo conjunto do sistema e, conseqüentemente, por diferentes estruturas de mercados e indústrias, sob o comando de capitais centralizados (engendrados pela lei da concentração e centralização da acumulação capitalista). Esses capitais organizam-se efetivamente de diferentes formas no espaço e no tempo histórico. (BRAGA, 1996, p.85).

Apesar dos EUA estar inserido numa conjuntura mundial de ordem bipolar no campo bélico e político durante a Guerra Fria, no campo econômico este lidera a ordem econômica mundial, seguido dos países: Alemanha e Japão. Assim, como resposta a crise os EUA passam a ditar ordens e serem vistos como país hegemônico economicamente após a II guerra mundial por obter o domínio das finanças e os instrumentos ligados a ela.

Assim, até a década de 1960 houve uma diplomacia do dólar comandada pelos EUA, sendo esta moeda também aceita como reserva de valor. Controle norte americano sobre a política econômica mundial, ameaça a desvalorizações no dólar produzia medo nos outros países que possuíam a moeda como reserva. Uma atitude dessa faria com que seus ativos do mundo inteiro perdessem valor.

Os bancos centrais possuíam vários mecanismos de financiamento através de políticas monetárias que vinham impedindo com que ocorressem incidentes financeiros na atividade econômica. "Essa monetarização das dívidas foi um dos pilares de expansão sem precedentes nas décadas de 50 e 60" (CHESNAIS, 1998, p.65).

Anterior a década de 70 há uma grande extensão da intervenção do Estado nas relações político-econômicas. Além disso, durante este período de Guerra Fria, há uma enorme presença do Estado nos gastos públicos com o excessivo gasto no setor bélico. Isso teve grande influência no mercado, como no processo de nacionalização das empresas que em muitos casos o Estado participava do controle acionário.

“... desde o fim da II Guerra Mundial, há dois traços [...] do mundo capitalista que [...] pedem observação [...] a extensão marcante na America e Europa Ocidental das atividades econômicas do Estado, isto é desenvolvimentos [...] daquilo a que se chamou de capitalismo de Estado ou capitalismo do monopólio de Estado [...] e a modificação radical na posição de grandes do setor

anteriormente colonial e semi-colonial na Ásia e África [...]” (DOBB, 1971, p. 471).

Entretanto, no fim da década de 70 o governo britânico de Thatcher e o governo norte-americano de Reagan aplicam um conjunto de condições favoráveis ao crescimento do capital. Por meio de políticas de liberalização e desregulamentação do mercado financeiro, o governo britânico e norte-americano favorece o processo de mundialização do capital. A partir deste período passamos a ver um setor privado detendo a maior parte da riqueza mundial (DOBB, 1971).

Pelo sucesso de organização e participação crescente no mercado, as empresas americanas passam a ultrapassar a fronteira nacional, se expandindo entre fronteiras, o que provoca uma, ainda mais nova, idéia de empresa: a empresa transnacional (ARRIGHI, 2003).

Nesta fase de quarto ciclo de acumulação do capital, podemos identificar um processo de grande capacidade organizacional das empresas de modo que estas passam a internalizar cada vez mais seus diferentes setores de produção promovendo a integração vertical da companhia.

Após a década de 70, os princípios liberais ditados pelo EUA, retornam e passam a coordenar o processo de acumulação mundial. Assim começamos a ver o processo de internacionalização do capital através da globalização e mundialização do mesmo, auxiliado pela falta de regulação e supervisão do mercado de capitais, além da falta de regras para coordenar o sistema financeiro.

CAPITULO III - GLOBALIZAÇÃO E MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL

3.1 FINANCEIRIZAÇÃO DO CAPITAL

Apesar de ser citado o processo de expansão do capital desde o ciclo genovês, no século XV, o processo intenso e de maior importância no âmbito de mundialização financeira se encontra nas últimas décadas, quando a circulação do capital financeiro, juntamente com o avanço da tecnologia da informação, se difunde de modo exponencial, proporcionando ao capital maior mobilidade e o retorno do fortalecimento da iniciativa privada na economia (ARRIGHI, 2003 e CHESNAIS, 1996).

A maneira como se deu, a partir do século XVI, o encontro das economias mercantis europeus, já em transição rumo ao capitalismo, (...), ainda esta inscrita nas relações econômicas internacionais contemporâneas. As formas e a duração da dominação colonial ou semicolonial, bem como as características de cada formação social no momento em que tal dominação começou, foram bem mais diversificadas e variadas, do que muitas vezes, se pensa. (CHESNAIS, 1996, p.213)

Chesnais (1998) considera mundialização financeira como a interação dos processos de expansão dos fluxos financeiros internacionais, acirramento da concorrência nos mercados internacionais de capital maior integração entre os sistemas financeiros nacionais de modo que haja maior articulação e interdependência da economia e da política dos Estados Nacionais, ocorrida nos últimos 30 anos¹⁷.

Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização esta constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo os princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado (BRAGA In TAVARES 1998, p. 196).

¹⁷ O autor mostra (1996, p.217) a importância da mundialização do capital, a partir de 1950, por meio de um estudo que revela que a taxa de crescimento do comércio exterior se mostra superior ao PIB “ a elevada taxa de crescimento das exportações, no imediato pós-guerra, teve inicialmente o aspecto de um fenômeno de ‘atualização’ que vinha corrigir o protecionismo dos anos 30”.

Porém, anterior a década de 1970, o mercado de euromoedas permitiu às instituições financeiras, assim como as empresas transnacionais, escapar das restrições existentes nos sistemas financeiros nacionais e das limitações de operações em dólar impostas aos bancos centrais por meio da falta de disciplina e regulação do mercado¹⁸.

Como resultado, o mercado de euromoedas facilitou a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de capitais de curto prazo, especulativos e, portanto, a volatilidade do investimento internacional¹⁹ (CHESNAIS, 1998).

Isso fez com que os países e seus agentes financeiros tivessem, nas décadas seguintes, um ambiente que proporcionasse facilidade ao intercâmbio de capitais, atravessando os limites territoriais, possibilitado pelo desenvolvimento tecnológico, de modo que não “quebrasse” o processo cíclico de reprodução capitalista²⁰ (CHESNAIS, 1996). Esse crescimento no intercâmbio de capitais foi gerado tanto pela especulação financeira como também pelo investimento produtivo dos conglomerados.

Dessa maneira, o mercado de câmbio como a primeira divisão do mercado de capitais a entrar no processo de mundialização financeira pois classifica como “(...) de longe, (a) mais rentável dessas atividades financeiras (...)” (CHESNAIS, 1996, p.287)

(...) os **capitais centralizados** suplantam suas estruturas de mercado originais e seus espaços nacionais, justamente por sua força expansiva de acumulação, ganhando mobilidade, flexibilidade e amplitude de rentabilização, ao se distribuírem por diferentes mercados, indústrias, setores, ramos e finalmente regiões do planeta (BRAGA, 1996, p.85).

As instituições do setor financeiro e produtivo, começam ter como missão a valorização do capital dentro da esfera financeira em âmbito global, dependente ou não da

¹⁸ Este período foi designado pelo autor como “internacionalização doméstica”, onde houve um regime internacional regido pelo sistema de paridades fixas, grande volume de investimento externo direto (IED), produção e consumo em massa, e certa soberania dos governos frente às empresas.

¹⁹ O que, na década de 1980, eclodiria na crise da dívida externa dos países em desenvolvimento que não possuíam liquidez em sua economia, de modo a apresentar a ineficiência do mercado mundial no processo do ciclo de reprodução do capital. "Somente depois de forjada, com o mercado de eurodólares, uma liberdade de ação quase total com relação ao enquadramento do crédito pelos Bancos Centrais, é que o sistema bancário internacional pôde induzir os países em desenvolvimento a contratarem, a partir de 1975, uma enorme dívida privada com eles (...)." (CHESNAIS, 1996, p.299).

²⁰ Chesnais explica que a tecnologia da informação beneficiou grupos industriais, que rearranjaram seu processo de internacionalização, além de redefinir as relações entre as diferentes hierarquias de classes, pois “nenhum grupo industrial precisa deslocalizar sua produção para fora da Comunidade para encontrar mão-de-obra qualificada e barata” (idem, p. 36).

produção industrial. Assim, as empresas nacionais procuravam locais internacionais a fim de se obter menores custos o que levou a divisão global na produção e consumo.

O segmento produtivo, muitas vezes, proporciona lucro aos acionistas por meio de aplicações e investimentos financeiros feitos, tanto no mercado doméstico como no mercado internacional. De certa forma, o conglomerado industrial tenta “arrancar” o lucro, não por meio de seu segmento industrial, mas principalmente por meio do segmento financeiro¹⁰.

No entanto, a incapacidade do Estado em continuar promovendo o capitalismo provocou uma necessidade do mercado se adequar com base nos princípios liberais. Desse modo, o mercado procura novos meios de reprodução do capital e da concorrência²¹.

A esfera financeira nutre-se da riqueza criada pelo investimento e mobilização de uma força de trabalho de múltiplas qualificações. Uma parte, hoje elevada, dessa riqueza é captada (...) em proveito da esfera financeira (...). Somente depois de ocorrer essa transferência é que podem ter lugar, dentro do circuito fechado da esfera financeira, vários processos de valorização, em boa parte fictícios, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros (CHESNAIS apud ALMEIDA, ano, p.xx).

De acordo com Chesnais (1998), a partir da década de 1970, o mundo capitalista assistiu ao crescente fluxo de capital livre circulando na economia, ocasionado pelo o que o autor chama de os 3Ds : (1) desregulamentação (2) descompartimentalização (3) desintermediação.

(...) a expressão “mundialização financeira” designa as estreitas interligações entre os sistemas monetários e os mercados financeiros nacionais, resultantes da liberalização e desregulamentação adotadas inicialmente pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, entre 1979 e 1987, e nos anos seguintes pelos demais países industrializados (CHESNAIS, 1998, p.12).

O primeiro fator que permitiu a globalização do capital, de acordo Chesnais (1998), foi a ruptura do sistema Breton Woods em 1971. A quebra desse sistema mostra a falta de capacidade dos países ricos em estabelecer um novo pacote de normas e procedimentos no mercado de capitais. Isso ocasionou na inexistência da disciplina e regulação do funcionamento do mercado de taxas de câmbio e paridade de moedas.

²¹ Dessa nova condição da concorrência, há um processo de renovação tecnológica intensa com o objetivo de reduzir os custos de produção e auferir lucros.

A segunda causa da expansão dos fluxos financeiros foi a crise do petróleo, também na década de 1970, que provocou num desequilíbrio extraordinário da conjuntura econômica internacional, dividindo países que necessitavam da importação do petróleo e, então, possuíam uma balança comercial deficitária, e de outro lado, países exportadores de petróleo com superávits em suas balanças comerciais.

Foi para exportar uma produção que se tornara monumental, e não só para reciclar os petrodólares, que os países centrais do sistema mundial ajudaram, ou até incentivaram, os países do terceiro Mundo a acumularem uma dívida externa gigantesca, que logo iria se tornar um fardo insuportável. A solução retomada de crescimento através das exportações esteve estreitamente ligada ao fortalecimento do capital monetário concentrado, bem como a reafirmação do domínio único da “auto-regulacao do mercado” (CHESNAIS, 1996, p. 218-219)

O terceiro fator, apontado como causador do processo de mundialização financeira foi a falta de intermediação do Estado regular as economias. "O enfraquecimento do capital financeiro entre 1966-1982, induzido pela estagflação, veio minar a estrutura reguladora da moeda e do sistema bancário, criada na época de Roosevelt” (CHESNAIS, 1998, p.12).

Dessa maneira, observa-se inchaço do volume financeiro fictício circulante entre as economias muito maior do que o valor real que se tem dos ativos, o que o mercado chama de alavancagem. Isso é consequência das mudanças nas condições de valorização do capital e da concorrência que buscam altos ganhos com menor risco entre o menor espaço de tempo. (CHESNAIS, 2008).

A dinâmica específica da esfera financeira, seu crescimento em ritmos qualitativamente superiores aos do investimento, do PIB ou do comércio exterior, talvez seja o fator que, por si só, mais abalou a situação econômica dos últimos quinze anos (CHESNAIS, 1996, p.14) (grifo meu).

Percebe-se no mercado internacional capital com alta volatilidade, mais concentrado e de natureza de curto prazo. Volume financeiro que gira sem lastro real, em que o dólar é tido como o próprio lastro (CHESNAIS, 1998).

A volatilidade dos mercados financeiros [...] estimulou o extraordinário aumento daquilo que definimos [...] como "capital fictício", uma forma que da origem aos rendimentos financeiros (juros sobre empréstimos e aplicações, mais-valia sobre venda e títulos, comissões, taxas de redesconto e etc.), graças à negociação especulativa de ativos em papel (CHESNAIS, 1996, p.62) .

Cabe destacar que, diferentemente das décadas anteriores, o aumento da concorrência não acontece somente no plano industrial, mas principalmente na concorrência do setor financeiro entre os bancos, instituições financeiras não-bancárias ou até mesmo entre os grandes conglomerados que se integraram no mercado financeiro para suprir necessidades econômicas do próprio bloco industrial ou também para competir e obter lucro no setor financeiro²².

Presentemente, manifestam-se nos Estados Unidos na forma de grande empresa industrial moderna com sua estrutura multidimensional; na Alemanha, via conglomerados nos quais reina a fusão orgânica entre banco e indústria e; no Japão por meio de *keiretsus* em que a articulação de organizações financeiras e não financeiras constituem **grupos empresariais** enquanto verdadeiros ‘subsistemas’ econômicos financeiros (BRAGA, 1996, p.85).

Esses “novos operadores financeiros” tiveram grande influência no processo de globalização do capital de modo a “valorizar seus ativos industriais pelos mesmos critérios que seus ativos financeiros como um todo”²³. O lucro obtido por meio das finanças entra no balanço do conglomerado. Além disso, as grandes corporações remetiam seus lucros ou seu país de origem.

Trata-se de um padrão sistêmico porque a financeirização esta constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dinâmica estrutural segundo os princípios de uma lógica financeira geral. Neste sentido, ela não decorre apenas de segmentos ou setores – o capital bancário, os rentistas tradicionais – mas, ao contrário, tem marcado as estratégias de todos os agentes privados relevantes, modificando a dinâmica macroeconômica. Enfim, tem sido intrínseca ao sistema tal como ele está atualmente configurado (BRAGA, 1998, p. 196).

Ainda no ciclo de acumulação norte-americano, as empresas passaram a ter maior interesse tanto no setor real da economia como no setor financeiro, adquirindo maior

²² Chesnais (p.290) classifica estes agentes do mercado de capitais como “novos operadores financeiros”.

²³ Alguns Exemplos No Brasil: (1) Conglomerado Cargill “A Cargill produz e comercializa internacionalmente produtos e serviços alimentícios, agrícolas, financeiros e industriais”. (Fonte: www.cargill.com.br. Acesso em 13/05/2010)(2) Conglomerado Votorantim “Empresa 100% brasileira, com atuação em 20 países, o Grupo Votorantim concentra operações em setores de base da economia que demandam capital intensivo e alta escala de produção, como cimento, mineração e metalurgia (alumínio, zinco e níquel), siderurgia, celulose e papel, suco concentrado de laranja e autogeração de energia. No mercado financeiro, atua por intermédio da Votorantim Finanças, e, em Novos Negócios, investe em empresas e projetos de biotecnologia, tecnologia da informação e especialidades químicas”. (Fonte: www.votorantim.com.br. Acesso em 13/05/2010)

flexibilidade de adaptação dependendo da melhor taxa de lucro alcançada. No entanto, esta procura por lucros levou os conglomerados a internacionalizar seu setor produtivo (Investimento Externo Direto – IED - dado a vantagem locacional ou transacional) ou no setor financeiro por arbitragem ou especulação.

Nos países industriais, a busca de liberdade, a ascensão do IED e a expansão das operações das multinacionais, tiveram o efeito de passar, de uma economia de especialização internacional, para a formação de um espaço concorrencial, onde as diferenças entre ‘mercado doméstico’ e ‘mercado externo’ ficam cada vez mais imprecisas (CHESNAIS, 1996, p. 218)

Isso ocasionou em maior velocidade de circulação do capital e como consequência maior integração entre as diversas economias de modo que a interdependência dos países ficasse mais “sensível”, evidenciando processo de internacionalização do capital²⁴.

Desse modo, pode ser entendido o processo de internacionalização do capital como o processo de integração das economias de modo que cada vez mais economias se submetem ao domínio financeiro.

3.2 CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRO EM 2008

A crise de 2008 ou Crise do *Subprime*²⁵ eclodiu em agosto de 2007 com a desvalorização dos títulos imobiliários (*subprimes*) norte-americanos. Pelo fato das economias capitalistas estarem totalmente interligadas, isso acarretou em uma crise sistêmica onde diversos setores e países foram afetados, já que estes títulos com alto risco de crédito estavam pulverizados por toda a economia capitalista.

²⁴ Um exemplo é o Investimento Externo Direto (IED) que teve um aumento notável no período e que passa a ser um instrumento de investimento entre países, sem a necessidade de mobilidade física entre as economias. O IED servindo como investimento mostrou e mostra a capacidade de flutuação e volatilidade entre os países, exemplificando o que pode se notar como “efeito dominó” e que pode provocar grandes instabilidades e fragilidades para a economia interna e externas. Isto aumenta extraordinariamente as oportunidades de acumulação destes capitais hegemônicos.

²⁵ Título financeiro imobiliário emitidos por empresas securitizadoras norte-americanas com alto risco de evento de crédito.

A questão está em que numa época onde mercados, bancos e investidores estão todos interligados por uma teia de relações tão complexa quanto obscura, deixar a crise avançar poderia ter provocado resultados ainda mais arrasadores (LIMA, 2009).

Seu maior efeito depressivo se deu ao longo de 2008 ocasionando uma perda patrimonial substancial, falta de credibilidade do sistema financeiro – principalmente nos órgãos reguladores e *agências de rating*²⁶, quebra de grandes bancos e agência de fomento do crédito imobiliário²⁷.

Essa crise foi basicamente ocasionada pelo excesso do capital fictício circulante numa escala territorial muito maior dado ao crescimento da disponibilidade do crédito (principalmente imobiliário) mais elevado que a capacidade de consumo da economia, emitido no mercado norte-americano.

Chesnais (2008) exemplificou o fato ao afirmar que “metade dos ‘proprietários’ só são proprietários no nome, pois possuem apenas 10% do valor real de suas casas”. Ou seja, de fato as famílias não possuíam o ativo real, lhe eram concebidos facilmente créditos para que pudessem adquirir o imóvel, e somente após a quitação total do crédito concebido é que este ativo tornava-se real.

O excesso de crédito foi decorrente da autonomia do capital que fez com que ele circulasse sem restrições, e teve início, principalmente, após a década de 1970 como já foi escrito anteriormente, colocando “contra a parede” a auto-suficiência do mercado (CHESNAIS, 2008).

Começamos por interrogarmos sobre que significado a liberalização e a desregulamentação levadas à cabo em escala mundial, com a incorporação do antigo campo soviético e a incorporação e modificação das relações de produção na China (...) O processo de liberalização e desregulamentação significou o desmantelamento dos poucos elementos regulatórios que se construíram no marco mundial ao sair da Segunda Guerra Mundial, para entrar em um capitalismo totalmente desregulamentado. Não somente desregulamentado, mas também um capitalismo que criou realmente o mercado mundial no sentido

²⁶ Agências classificadoras que avaliam o risco de crédito de títulos mobiliários emitidos por empresas. O intuito da existência dessas avaliadoras de risco é de fato avaliar qual grau de risco de crédito que este título oferece. Entretanto, essas agências perderam a confiança do mercado neste período de crise, pois avaliaram esses títulos de *subprime* como baixo risco sabendo que eles de fato apresentam alto risco.

²⁷ De 2008 para 2009 houve um decréscimo de 2,4% no PIB dos Estados Unidos (*Fonte: www.bea.gov; Release: GROSS DOMESTIC PRODUCT: acesso em 30 de Abril de 2010*)

pleno da expressão, transformando em realidade o que era para Marx uma intuição ou uma antecipação. Pode ser útil precisar o conceito de mercado mundial e ir talvez mais além da palavra mercado. Se trata da criação de um espaço livre de restrições para as operações do capital, para produzir e realizar mais-valia tomando este espaço como base e processo de centralização de lucros a escala verdadeiramente internacional (CHESNAIS, 2008).

Com visto anteriormente, a falta de um sistema que supervisionasse o mercado de capitais juntamente com a falta de regulamentos necessários para o sustento da saúde financeira mundial ocasionou diversas crises capitalistas nas três últimas décadas, sendo que, a pior delas eclodiu em agosto de 2007, porém conhecida como A Crise de 2008²⁸.

Apesar da fase de liberdade e falta de regulação ter começado a partir da década de 1970, a crise atual vem de uma liberalização e desregulamentação vista massivamente a partir de 2001, com a queda acentuada da bolsa da Nasdaq²⁹ e o episódio terrorista de 11 de setembro³⁰ (RAMONET, 2008).

A desregulamentação acelerada das décadas de 90 e 2000 permitiu o crescimento rápido das empresas independentes em empréstimos hipotecários e o FED³¹ reconhece que não pode fiscalizá-las ou controlá-las (CHESNAIS, 2008).

A política econômica dos Estados Unidos, a partir destes episódios, estava centrada na expansão da demanda. A diminuição das taxas de juros, a concessão de crédito sem medir consequências e falta de vigilância na economia foram os fatores que estimularam os agentes a investirem no mercado tanto produtivo como fictício. Entretanto, de modo infinitamente maior, houve estímulo para os agentes investirem no mercado financeiro – fictício - (exemplo: títulos de *subprime*, ações, debêntures e outras formas que o capital financeiro apresenta se reproduzindo sem estar diretamente ligado a produção) (RAMONET, 2008).

²⁸ Com visto no item 3.1, a falta de um sistema que supervisionasse o mercado de capitais aliada a falta de regulamentos necessários para a saúde financeira global resultou em diversas crises capitalistas nestas três últimas décadas, sendo a pior delas eclodida em Agosto de 2007 e vista como Crise de 2008.

²⁹ Chamada de crise das “ponto.com”, essa crise de 2001 foi ocasionada pela queda acentuada do índice da Bolsa de NASDAQ. Este índice é composto por empresas ligadas à alta tecnologia e eletrônica.

³⁰ Esses ataques terroristas tiveram como consequências o encerramento das principais bolsas de valores dos Estados Unidos e do Mundo reabrindo somente seis dias depois, com perda de mais de US\$ 1 trilhão de dólares.

³¹ Banco Central Norte-Americano.

(...) a lógica ordenadora e contraditória destes capitais centralizados é a de capital financeiro, compreendido como a fusão das diferentes formas de riqueza ou genericamente, a fusão da forma lucro com a forma juros (...). São formas que operam a partir da lógica de capital financeiro *latu senso*. Trata-se do predomínio de uma lógica financeira geral (...) nas decisões de investimento e de acumulação de capital (...) como nucleadora daqueles capitais centralizados em seu movimento estratégico. (BRAGA, 1996, p.91).

Desse modo, “da economia financeira, a crise se propagou para a economia real” em que a superprodução nos países emergentes e a especulação nos mercados nacionais e internacionais foram elementos decisivos na caminhada em direção a uma crise (RAMONET, 2008).

Esses excedentes [comerciais e de reserva em dívidas] também vêm constituindo a base de um processo de criação de ‘liquidez’, isto é, de meios amplamente fictícios de financiamento de operações especulativas de alto rendimento (CHESNAIS, 2008, p).

O repasse e a difusão em todo o mundo, desses títulos vinculados aos créditos concedidos para pessoas que não estariam aptas a receber tal crédito, talvez tenha sido o estopim desencadeador da crise. Há um enorme débito dos grandes bancos. Assistiu-se a criação dos interesses dos acionistas frente ao das empresas denominado de “ditadura dos acionistas” (CHESNAIS, 2008)

A resposta a esse dilema [superprodução] se encontra no poder de expansão do crédito. É aí que o capitalismo contemporâneo encontra a demanda que permite realizar as exigências do valor acionário. Esse mecanismo atinge seu paroxismo nos Estados Unidos. [...] Empurrando para o alto os preços dos ativos patrimoniais, o crédito desconecta o consumo da renda disponível” (AGLIETTA e BERREBI apud CHESNAIS, 2007).

Neste contexto de crises, muitas empresas e bancos quebraram e houve necessidade de a intervenção dos Governos Nacionais, para salvá-los a fim de não piorar a situação de falta de liquidez global, por meio de injeções monetárias na economia e estatizações de diversas empresas³².

³² (1) Falência do Banco Lehman Brothers (2) quase falência da ex-maior seguradora do mundo AIG que solicitou U\$40 bilhões de dólares ao Banco Central dos Estados Unidos (3) Compra total de U\$ 200 bilhões de dólares por parte do Governo Norte-Americano das empresas FNMA (Federal National

Além disso, verificou-se processo intenso de fusões e aquisições das empresas por outras, em todo o mundo, de modo a aumentar o poder dos grandes conglomerados dominando o processo produtivo e gerando cada vez mais processo de centralização e concentração do capital³³.

Evidencia-se a insustentabilidade do processo capitalista facilitada pela ausência regulatória do Estado e a supervisão mais adequada do sistema financeiro eclodido na crise de 2008, que segundo Chesnais (2008) “é de entender que estamos enfrentando uma situação na qual se expressam esses limites da produção capitalista”.

Dessa maneira, verifica-se ainda mais que o capital financeiro esta nas mãos dos grandes conglomerados industriais e financeiros que se manifesta por meio de fusões e aquisições. Esses grandes conglomerados visam, sobretudo, o lucro, (não necessariamente o lucro por meio da função da sua indústria) para sobreviver frente a crise, mas o lucro pela especulação e arbitragem.

Observou-se que as políticas são adotadas em prol dos interesses do capital financeiro internacional.

Inovações e flutuações sempre houve e haverá no capitalismo e, portanto, tais mecanismos não são em si mesmos elucidativos da dinâmica. A questão é saber quais são suas características, no espaço e no tempo, e que mutações ocorrem conforme avança a economia e a sociedade capitalista (...). Como se modificam os processos de decisões de investimento, de financiamento, de interação entre finanças pública e privada, de capitalização (capital fictício), de definição e ampliação das formas de riqueza e de patrimônio, de multiplicação de renda agregada, de emprego da força de trabalho, de crescimento das bases técnico-produtivas, de estabilidade monetária e de institucionalidade do dinheiro. (BRAGA, 1996, p.87).

Desse modo, as recentes crises do capitalismo, principalmente a Crise de 2008, evidência a vulnerabilidade e o alto poder de contágio do sistema em interligar totalmente as

Mortgage Association) e FHLMC (Federal Home Loan Mortgage Corporation), ou seja, quase 80% das ações de ambas empresas.

³³ Venda do Banco Merrill Lynch ao Bank of America, e no Brasil a fusão da Perdigão com a Sadia, a fusão do Itaú com o Unibanco, entre outras.

economias capitalistas por meio do capital financeiro de modo que todas sofreram grandes abalos em suas economias nacionais.

CONCLUSÃO

Observamos no decorrer do trabalho, que o capital financeiro é o principal elemento que constitui a lógica capitalista e que ele domina a estrutura do sistema econômico, principalmente a atual. Quanto maior a evolução do capitalismo, mais o capital financeiro assume papéis ainda mais significativos na economia global se tornando o principal fomentador dos ciclos de expansão e causador das crises econômicas.

Como visto no primeiro capítulo, o capital financeiro, o capital financeiro deve ser entendido como elemento fundamental para o sistema capitalista, principalmente desde o século XIX, uma vez que sustenta e é sustentado pelos agentes econômicos.

Entretanto, como mostramos no segundo capítulo que abordou os ciclos de expansão do capital, deve-se conhecer os efeitos de sua expansão, de modo a antecipar propostas e medidas que contenham possíveis crises financeiras, como políticas anticíclicas.

No terceiro capítulo concluímos que a Crise de 2008 foi causada, principalmente, pelo capital financeiro. Outros fatores também interferiram para a eclosão da crise, como a falta de regulação e supervisão do mercado, a capacidade global da tecnologia da informação de propiciar a mundialização financeira, entre outros.

Segundo Chesnais a crise de 2008 deve ser interpretada como um processo histórico pois estamos frente um período onde eclosões de crises nos mostram a limitação histórica dos sistemas capitalistas na produção, e não uma queda do capitalismo de modo que outra ordem econômica moldada numa nova estrutura se sobreponha.

Acrescentamos que na atualidade, nos defrontamos com a tentativa de enfrentar um Novo Imperialismo Financeiro que se configura como uma época em que assistimos ao fim das hegemonias e ao surgimento de um mundo multipolar indefinido.

Em nosso entender, a crise de 2008 é mais uma crise sistêmica do processo cíclico de expansão do capital, e que neste regime capitalista, novas crises irão ocorrer a não ser que tenhamos algumas entidades nacionais como o BIS, FMI e Banco Mundial supervisionando e regulando mais fortemente os agentes financeiros e limitando o “desejo de lucro a qualquer preço”.

Como foi visto a longo deste estudo, a própria lógica capitalista é de reprodução de capital e se não houver uma supervisão, estudo e conscientização deste processo lógico e cíclico capitalista, haverá sempre uma nova e maior crise capitalista gerando concentração e centralização de capital como um todo, mas principalmente do capital fictício e de fácil manipulação.

Portanto, a lição que a teoria clássica nos deixou é que o capital financeiro precisa do controle de iniciativa pública num âmbito mundial e nacional, afinal o próprio mercado até o momento não se mostrou capaz de se autoregular e de possuir informações perfeitas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Causa e efeito: contribuições de Marx para investigações sobre finanças e inovação*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008.

ALMEIDA, Lucio Flávio de. *Uma Obra Imperdível – A mundialização do capital de François Chesnais*. Lutas Sociais, 1996, v.1. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v1_resenha2.pdf>. Acesso em: 21 set. 2009.

ARRIGHI, G. Trad. Vera Ribeiro. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2003. Tradução de: *The long twentieth century*.

BELLUZZO, L. G. M. *Dinheiro e as transfigurações da riqueza*. In: TAVARES, M. C. e FIORI, J. L. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRAGA, J. C. de Souza. *Economia Política da Dinâmica Capitalista*. Est. Econ. São Paulo, Vol. 26, n. especial, p 83-133, 1996.

BRAGA, J.C. *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*. In: TAVARES, Maria da Conceição e FIORI, Jose Luís. *O Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1998. p. 195-242.

CARCANHOLO, R. A. e **NAKATANI**, P. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v.20, n.1, p.284-304, 1999.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____, F. *Mundialização Financeira. Gênese, Custos e Riscos*. São Paulo: Xamã, 1998.

_____, F. *A lógica de uma crise anunciada?* Le Monde Diplomatique Brasil. Nov-2007. p.xx-xx.

_____, F. *Somente um liberalismo é possível?* Le Monde Diplomatique Brasil. Fev-2008. p.xx-xx.

DOBB, Maurice. *A evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

DOWBOR, L. *Um império regido pela lei da selva*. Le Monde Diplomatique Brasil. – Fev-2008.

FERRAZ, Cristiano Lima. *Os EUA e o bloco histórico americanista: hegemonia, crise e estratégias de recomposição*. Revista Politéia – vol. 4, n.o 1, 2004.

GERMER, Claus M. *O dinheiro de crédito e as funções do dinheiro no capitalismo*. Texto preparado para o 25.o Encontro Nacional de Economia. Curitiba; 1997.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola, 2004,

HEILBRONER, R. *A Natureza e a Lógica do Capitalismo*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

HOBSON, John Atkinson. *A evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. Traduzido por Benedicto de Carvalho. 2. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2003.

LIMA, Marcos Costa. *A Crise Financeira de Setembro de 2008 é também uma crise de Paradigma*. Revista Teoria e Debate, 2009.

LORDON, F. *O eterno retorno da crise financeira*. Le Monde Diplomatique Brasil. – Set-2007.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1985. (Coleção os Economistas).

NEVES, Bruno M. *Brasil: mundialização do capital e reiteração do ornitorrinco*. Revista Urutágua – Revista Acadêmica Multidisciplinar – DCS/UEM – ISSN 1519-6178 Nº 16 – ago-nov/2008.

RAMONET, I. *O epicentro da crise econômica mundial*. Le Monde Diplomatique Brasil. – Fev-2008.

COELHO, D.R. e **NETO**, J.C. da F. *O Papel do Governo Norte-Americano no Gerenciamento da Crise Financeira*. 2007.

SCHUMPETER, J. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os economistas).

SWEEZY, Paul M. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1983.

TAVARES, Maria da Conceição e **FIORI**, Jose Luís. *O Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997.

VIAN, Carlos Eduardo de F. *Uma discussão da “visão” Schumpeteriana sobre o desenvolvimento econômico e a evolução do capitalismo*. Informe Gepec – Vol. 11, nº 1, jan/jun, 2007.

ZONINSEIN, Jonas. *Valor, concorrência e concentração*. Revista de Economia Política, Volume 6, n.03, julho-setembro/1986.